

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 6ª DE - 3ª BDA C MEC
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento de Auto Metralhadas de Cavalaria/1943)

TERMO DE ABERTURA

Faço a abertura, nesta data, do processo referente a prestação de serviço de certificação digital para o Regimento, cujo objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas.

Bagé, RS, 20 de dezembro de 2023.

Assinatura manuscrita em tinta azul, com traços fluidos e estilizados.

JOÃO PEDRO BEHENCK VARELLA – 2º Ten
Encarregado pelo Setor de Material



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 6ª DE - 3ª Bda C Mec
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria /1943)
REGIMENTO FORTE DE SANTA TECLA

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

DISPENSA ELETRÔNICA 93/2023

NUP: 64675.027297/2023-03

3º RCMEC (160363)

Em conformidade com o disposto no Art. 75 da Lei 14.133/21, faço a abertura nesta data, do processo administrativo referente à dispensa de licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no **Termo de Referência**, conforme despacho do OD, de 20 de dezembro de 2023.

Bagé – RS, 20 de dezembro de 2023

JOÃO PEDRO BEHENCK VARELLA - 2º TEN

Encarregado do Setor de Material



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 6ª DE - 3ª Bda C Mec
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria /1943)
REGIMENTO FORTE DE SANTA TECLA

JUSTIFICATIVA DE MODALIDADE SEM DISPUTA
DISPENSA ELETRÔNICA 93/2023
NUP: 64675.027297/2023-03

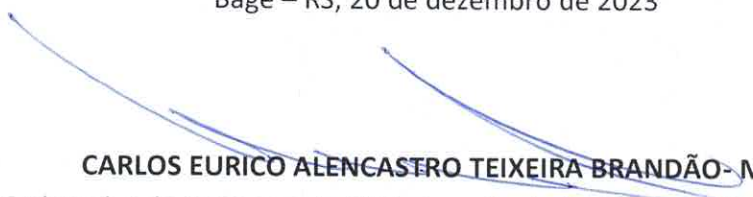
Em exposto a inibição do caráter competitivo e a omissão do chamamento de propostas para a referida dispensa eletrônica, é necessário a adoção deste órgão a modalidade **sem disputa**.

A presente contratação de serviço de certificação digital para pessoa jurídica se dá em função de não termos nenhum contrato ou ata vigente, no qual somos gerenciadores ou participantes. Torna-se imprescindível a realização desse serviço, tendo em vista que é necessária a troca do Ordenador de Despesas desta Organização Militar em função da troca de Comando. A realização do serviço de certificação digital para pessoa jurídica se torna inviável a prestação por parte de empresa que não seja local.

Sendo assim, esta Organização Militar tem necessidade da realização do serviço com urgência, sendo mais vantajoso a contratação de serviço com **fornecedores locais**.

Por fim, o valor reduzido da contratação se dá por menos de 1/4 do limite para dispensa de licitação conforme elenca o Art. 20 da Instrução Normativa nº 67/2021, de 08 de julho de 2021, que regula o uso do sistema de dispensa eletrônica.

Bagé – RS, 20 de dezembro de 2023


CARLOS EURICO ALENCASTRO TEIXEIRA BRANDÃO - Maj
Ordenador de Despesas do 3º Regimento de Cavalaria de Mecanizada



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 6ª DE - 3ª Bda C Mec
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria /1943)
REGIMENTO FORTE DE SANTA TECLA**

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. Justificativa da necessidade de aquisição/contratação de serviço, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

A presente contratação de serviço de certificação digital para pessoa jurídica se dá em função de não termos nenhum contrato ou ata vigente, no qual somos gerenciadores ou participantes. Torna-se imprescindível a realização desse serviço, tendo em vista que é necessária a troca do Ordenador de Despesas desta Organização Militar em função da troca de Comando. A realização do serviço de certificação digital para pessoa jurídica se torna inviável a prestação por parte de empresa que não seja local.

2. Quantidade de material a ser contratado.

As quantidades foram definidas de acordo com as necessidades de troca de Ordenador de Despesas em função da passagem de Comando.

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a entrega do material.

Prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da nota de empenho. Tendo início de uso imediato posterior a entrega.

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização.

FUNÇÃO	NOME
Presidente	JOÃO PEDRO BEHENCK VARELLA – 2ºTEN
Membro	RODRIGO VEIGA SAGAZ - 2ºSGT

Quartel em Bagé-RS, 20 de dezembro de 2023.


JOÃO PEDRO BEHENCK VARELLA - 2º TEN
Chefe do Almoxarifado


RODRIGO VEIGA SAGAZ – 2º SGT
Auxiliar do Almoxarifado



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 6ª DE - 3ª Bda C Mec
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria /1943)
REGIMENTO FORTE DE SANTA TECLA**

ESTUDOS PRELIMINARES

Em atenção ao artigo 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, esta equipe de planejamento da contratação, elabora os estudos preliminares conforme os tópicos que seguem.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação de serviço de certificação digital para pessoa jurídica se dá em função de não termos nenhum contrato ou ata vigente, no qual somos gerenciadores ou participantes. Torna-se imprescindível a realização desse serviço, tendo em vista que é necessária a troca do Ordenador de Despesas desta Organização Militar em função da troca de Comando. A realização do serviço de certificação digital para pessoa jurídica se torna inviável a prestação por parte de empresa que não seja local.

2. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos necessários ao atendimento de necessidades são:

- a. Empresa especializada capaz de atender as demandas da Administração, dentro do quantitativo e qualidade exigida;
- b. Empresa especializada na venda em compatibilidade com o objeto requisitado, conforme estabelecido no Termo de Referência; e
- c. A contratação requer que o fornecedor exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia Geral da União.
- d. Empresas capacitadas de realizar o serviço sem a subcontratação.

3. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

Esta estimativa das quantidades foram levantadas conforme a necessidade de troca de Ordenador de Despesas em função da Passagem de Comando do Regimento.

4. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada a pesquisa de mercado de acordo com a IN SEGES/ME Nº 65, de 07 de julho de 2022.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação direta permitirá a realização imediata do serviço, tendo em vista que é necessário a troca de Ordenador de Despesas em função da Passagem de Comando do Regimento.

6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

Não há necessidade de parcelamento do objeto.

7. DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não é o caso.

8. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em face do exposto, e sob análise de todos os aspectos atinentes aos estudos preliminares, atendendo a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, esta equipe de planejamento devidamente nomeada pela autoridade competente é de parecer favorável a necessidade do objeto e declara viável a contratação de empresas para realização da contratação acima descrita.

Quartel em Bagé-RS, 20 de dezembro de 2023.



JOÃO PEDRO BEHENCK VARELLA – 2º TEN

Presidente da Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 6ª DE - 3ª Bda C Mec
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria /1943)
REGIMENTO FORTE DE SANTA TECLA

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nr 93/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64675.027297/2023-03
MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. Em atenção aos termos do Artigo 72º, da Lei Nº 14.133/2021, a necessidade de contratação do objeto deste processo administrativo justifica-se por:
 - 1.1 A presente contratação de serviço de lavanderia se dá em função não termos nenhum contrato ou ata vigente, no qual somos gerenciadores ou participantes.
 - 1.2 Torna-se imprescindível a realização desse serviço, tendo em vista que é necessária a troca de Ordenador de Despesas em função da Passagem de Comando do Regimento.
 - 1.3 Sendo assim, esta Organização Militar tem necessidade da realização do serviço com urgência, sendo mais vantajoso a contratação de serviço com **fornecedores locais**.

Bagé, RS, 20 de dezembro de 2023.


CARLOS EURICO ALENCASTRO TEIXEIRA **BRANDÃO** - Maj
Ordenador de Despesas da 3ª Regimento de Cavalaria de Mecanizada



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 6ª DE - 3ª Bda C Mec
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria /1943)
REGIMENTO FORTE DE SANTA TECLA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 93/2023
(Processo Administrativo nº 64675.027297/2023-03)

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de Serviço de certificação digital para pessoa jurídica de acordo com as necessidades do Regimento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UND	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
1	CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ A3, COM 2 ANOS DE VALIDADE	27197	Und	1	265,00	265,00
VALOR TOTAL (R\$)						R\$ 265,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da homologação da contratação direta e uma vez finalizada a entrega, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Contratação de baixo valor a ser entregue em única parcela.

4.4. Em havendo divergência entre as descrições de material abaixo e a descrição constante do Sistema Comprasnet prevalecerá a descrição da tabela do **item 1.1**. Tal ocorre devido ao fato de o Comprasnet em alguns casos apresentar descrições preestabelecidas, as quais nem sempre correspondem exatamente ao material pretendido pelo órgão licitador. Portanto, por ocasião do cadastro no Comprasnet do material ofertado, o licitante deverá seguir estritamente a descrição de itens supracitada (e não a do Comprasnet, pelos motivos apresentados).

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de realização do serviço é de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Espanha – nº 64 – Tarumã, Bagé – RS, durante os horários de funcionamento de segunda a quinta-feira (das 08:00hr as 12:00 e 13:30hr as 17:00hr) e sexta-feira (das 08:00hr as 12:00hr).

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 3 (três) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12. **Habilitação Jurídica**

8.12.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

OU

1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

OU

1.4.1. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

OU

- 1.4.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

- 1.4.1. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

OU

- 1.1.1. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

- 1.1.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

- 1.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- 1.2. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

- 1.2.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

OU

- 1.1.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 1.1.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.1.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.1.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.1.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.1.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.1.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.1.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.1.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 00001;

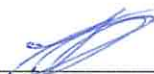
Fonte de Recursos: 0100000000;

Programa de Trabalho: 171460;

Elemento de Despesa: 339039;

Plano Interno: I3DAFUNCNPJ;

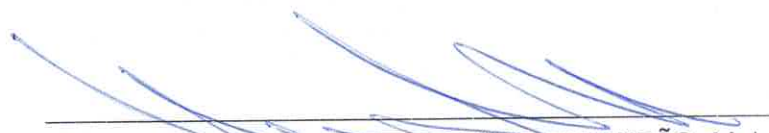
Bagé - RS, 20 de dezembro de 2023



JOÃO PEDRO BEHENCK VARELLA – 2º Ten
Encarregado do Setor de Material

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

Aprovo o presente Termo de Referência.



CARLOS EURICO ALENCASTRO TEIXEIRA **BRANDÃO** - Maj
Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 3ª DE - 3ª Bda C Mec
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria /1943)
REGIMENTO FORTE DE SANTA TECLA

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021.

1. **OBJETO:** Contratação de serviço de certificação digital.
2. **PERÍODO DE REALIZAÇÃO:** DEZ / 2023.
3. **METODOLOGIA APLICADA:** o valor de referência foi aferido por meio de
() Média () Mediana (X) Menor Preço () Outra:

4. FONTES DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observados na Instrução Normativa nº 73/2020 – ME:

() I - Painel de Preços;

Foram priorizados os parâmetros “II e IV” como fonte de consulta.

(X) II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

Objeto	Und	Contratante Nome / UASG)	Licitação	Preço Unit. (em R\$)
Serviço de certificação digital	Conforme Pesquisa pelo SAG em anexo			

() III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

Foram priorizados os parâmetros “II e IV” como fonte de consulta.

(X) IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Objeto	Identificação do Fornecedor				Data do Orçamento	Preço Unit. (em R\$)
	Nome	CNPJ	Endereço	Telefone		
Serviço de Certificação Digital	PRATICA CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA 14.911.562.0001/00		Av. Ferreira Viana., 1239	53 33125612	11 DEZ 23	R\$ 265,00

() Outros Critérios: _____ (Descrever conforme Instrução Normativa n° 65/2021 – ME).

5. ANÁLISE DA PESQUISA

Após análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias, tendo sido priorizado o inciso IV como fonte de consulta, chegou-se ao:

Preço de Referência	Conforme em negrito nas tabelas supracitadas.
---------------------	---

6. **ANEXOS:** A documentação comprobatória contendo ___ folhas que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório.

Bagé-RS, 20 de dezembro de 2023.


JOÃO PEDRO BEHENCK VARELLA – 2º Ten
 Almoxarife



MINISTERIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA
R\$ 332,58

MEDIANA
R\$ 330,00

MEIOR
R\$ 319

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Descrição
27197 EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA RS 2023 UF: Ano da Compra

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
28523/2023	00001	Dispensa de Licitação	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA		UNIDADE	3	R\$319	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	153114 - UFRS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	15/05/2023
00004/2023	00002	Dispensa de Licitação	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA		UNIDADE	1	R\$330	PERONDI & FERREIRA LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160376 - 1 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS	19/01/2023
00001/2023	00001	Dispensa de Licitação	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA		UNIDADE	4	R\$342,75	SATEWEB SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA,	COMANDO DO EXERCITO	160358 - 6 REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO/RS	12/01/2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMS - 6º D E - 3º Bda C Mec
3º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(3º Regimento Auto Metralhadoras de Cavalaria/1943)
REGIMENTO FORTE DE SANTA TECLA

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA

A Prata Certificação Digital
A/C: Cb Barreto - Aux Almox - 3º RCMec

Ref.: Proposta Orçamentária

Solicitamos proposta orçamentária para a compra e/ou contratação de serviço descrita abaixo:

- Material: - CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ A3, COM 2 ANOS DE VALIDADE – QTD - 1

Solicitamos enviar a proposta assinada em papel timbrado da empresa, com respectivos dados cadastrais:

- Nome/Razão Social da empresa
- CNPJ/MF
- Endereço completo
- Fone / FAX / E-mail
- Contato

Especificando, dentro dos critérios estabelecidos na presente solicitação, o seguinte:

- Tipo de produto ou serviço – descrição
- Quantidade
- Valores unitários e totais
- Dados bancários, se for depósito em conta corrente e outros dados necessários para efetivação do pagamento
- Prazo de validade da proposta
- Outras informações pertinentes
- Data e assinatura

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Barreto – Cb – 3º RCMec

Recebido em 12/12/2023

Evelise Peres Palma
CPF 098.674.030-02

Ass.: _____